

Práticas doxásticas, experiência mística e crenças originárias: um problema na epistemologia de William Alston

Doxastic practices, mystical experience and originating beliefs: a problem in the epistemology of William Alston

Rodrigo Rocha Silveira
Universidade Federal de Brasília

Resumo

Este trabalho objetiva apontar um possível problema na abordagem epistemológica de William Alston a respeito da justificação de crenças religiosas baseadas em experiências místicas. O problema consiste no fato de que a teoria das práticas doxásticas de Alston só concede justificação às crenças geradas por práticas doxásticas místicas uma vez que estas sejam suficientemente estabelecidas socialmente no contexto do sujeito epistêmico que nelas toma parte, o que excluiria a justificação aos sujeitos epistêmico com respeito a crenças religiosas originárias baseadas em experiência perceptual mística. Entende-se por crenças perceptuais místicas originárias aquelas tidas pelos fundadores e primeiros seguidores de uma religião. Ademais, tenta-se mostrar que esse defeito da teoria alstoniana se estenderia às demais práticas doxásticas.

Palavras-Chave

Práticas doxásticas. Experiência religiosa. Justificação. Epistemologia. William Alston

Abstract

This article aims to point out to a possible problem in William Alston's epistemological approach to the justification of religious beliefs based on mystical experiences. The problem consists in the fact the Alston's theory of doxastic practices only gives justification to beliefs generated by mystical doxastic practice once they are sufficiently socially established in the context of the epistemic subject that participates in them, which would exclude justification to epistemic subjects with respect to originary religious beliefs based on perceptual mystical experience. Originary perceptual mystical beliefs being those had by the founders and first followers of a religion. Moreover, it is attempted to show that this defect of alstonian theory would extend itself to the rest of the doxastic practices.

Key-Words

Doxastic practices. Religious experience. Justification. Epistemology. William Alston

1. Introdução

O trabalho de William Alston acerca da justificação de crenças religiosas baseadas em experiência mística é seminal e tem pautado boa parte da pesquisa em filosofia nessa área desde a publicação de *Perceiving God* em 1991. Mais de duas décadas depois, a força do argumento de Alston ainda é bastante apreciada, inclusive por seus críticos¹. Justamente por esse papel de destaque no debate é que *Perceiving God* tem recebido a homenagem que costuma ser prestada pelos filósofos aos seus colegas, as críticas. Este artigo pretende seguir essa linha de levantar uma crítica que, até onde vai o conhecimento deste autor, ainda não consta da bibliografia especializada. Essa crítica consiste no seguinte: a teoria das práticas doxásticas de Alston não concede justificação às crenças perceptuais místicas tidas pelos fundadores e pelos primeiros seguidores de religiões, isto é, crenças perceptuais místicas originárias.

Para esse propósito, será brevemente exposta a teoria das práticas doxásticas de Alston conforme ela aparece em *Perceiving God*, em seguida, será mostrado por que a teoria não dá justificação para crenças perceptuais místicas originárias e como Alston poderia responder

¹ - Um crítico do argumento Zackariasson (2006: 340) comenta: "Aponte no início que o argumento de Alston possui amplo apoio. Seria demasiado otimista esperar que minha crítica pudesse fazer uma diferença radical quanto a esse fato."

a esse problema. Por fim, argumenta-se que essa dificuldade da teoria em relação às crenças místicas se estende às crenças originárias de outras práticas doxásticas, situação em que ela se torna ainda mais evidente.

2. A justificação das práticas místicas doxásticas em *Perceiving God*

O objetivo declarado de Alston em *Perceiving God* é defender a visão segundo a qual a alegada consciência direta de Deus pode justificar alguns tipos de crença sobre Ele, dentre as quais a de que Ele existe. Com esse afã, Alston tenta caracterizar a experiência religiosa de Deus - mística no vocabulário alstoniano - como um tipo de percepção, gênero do qual participa também a percepção sensorial. Segundo Alston (1991, p. 5), experiências místicas são ocasiões em que algo (identificado como Deus) é manifesto/se apresenta diretamente à consciência de alguém. Essas, por sua vez, são características compartilhadas com a percepção sensorial e diferentes de outras operações mentais como a inferência, a introspecção e a memória, por exemplo.

No entanto, Alston não subestima as diferenças entre percepção sensorial e percepção mística, pelo contrário, faz questão de ressaltá-las. Segundo ele, o primeiro tipo é rico, detalhado, disponível em todos os momentos em que estamos acordados e, basicamente, em um grau ou outro a todos os seres humanos. O segundo tipo, por outro lado é pobre em informações, pouco detalhado, disponível a um número reduzido de pessoas e mesmo a esse grupo de pessoas episodicamente. As experiências deste tipo tem um caráter geralmente privado, enquanto às daquele público. Não se trata, portanto, de que Alston (1991, p. 223) recorra a uma perfeita analogia entre percepção sensorial e percepção mística para defender os resultados desta. O que importa para ele é tentar caracterizar a experiência mística como um tipo de percepção, justamente pelo fato de que há uma série de características comuns que permite a agregação de percepção sensorial e mística sob um mesmo gênero.

Caracterizada a experiência mística como espécie do gênero percepção, resta saber se as crenças baseadas nela podem ser justificadas. É aqui que Alston introduz a noção de práticas doxásticas. Estas seriam mecanismos de formação de crenças caracterizados por uma função que leva dados de entrada (inputs) a resultados (outputs), bem como por um sistema de cancelamento ou exclusão. Práticas doxásticas são socialmente compartilhadas e, geralmente, engajadas pelos seus participantes pré-reflexivamente, ou seja, antes de qualquer crítica quanto à sua justificação ou racionalidade. Assim, a percepção sensorial pode ser caracterizada como uma prática doxástica, já que leva de certos dados entrada

fenomênicos a resultados doxásticos e possui um sistema de cancelamento, ou seja, modos de testar se certas percepções são genuínas ou não (por exemplo, os participantes da prática sensorial conhecem certos tipos comuns de ilusão, que devem ser desconsiderados: objetos retos que parecem tortos debaixo d'água, entre outros). Outros exemplos de práticas doxásticas seriam a memória, a introspecção, a intuição racional, tidas por Alston como práticas básicas, bem como a matemática, a ciência moderna, a degustação de vinhos e a percepção mística. O modo, portanto, de mostrar que as crenças geradas com base em uma prática doxástica são justificadas seria mostrar que a prática como um todo é confiável, ou seja, gera uma proporção significativa de crenças verdadeiras em relação a falsas ou, pelo menos, mais crenças verdadeiras do que falsas. Alston é, nesse sentido, um confiabilista. Finalmente, crenças geradas com base em uma prática confiável seriam justificadas *prima facie*, ou seja, até que se prove o contrário, dada sua probabilidade de ser verdadeira.

Como mostrar, então, que uma prática doxástica é confiável? Como a percepção sensorial é geralmente tida como um modelo de prática doxástica confiável, Alston se propõe analisar as tentativas de estabelecer a confiabilidade da percepção sensorial. Ocorre, porém, que segundo o autor de *Perceiving God*, nenhuma dessas tentativas é bem sucedida uma vez que todas elas sofrem do mesmo mal: a circularidade epistêmica. Em outras palavras, todas elas utilizam os resultados da prática perceptual sensorial ao tentar fundamentá-la.

Para citar alguns exemplos, veja a teoria evolucionária da confiabilidade da percepção sensorial. Segundo essa teoria, a capacidade de detectar por meio dos sentidos coisas como a existência de alimentos e água, a presença de predadores, a disponibilidade rotas de fuga e abrigos contra as intempéries, a existência de parceiros sexuais, todas seriam essenciais à sobrevivência de uma espécie, que caso contrário não seria selecionada segundo a Teoria da Evolução. Como nossa espécie está aqui e foi selecionada num processo de milhões de anos, isso seria uma evidência de que nossa percepção sensorial é confiável². O problema é que a própria teoria da evolução é baseada em crenças obtidas por meio da percepção sensorial, por isso essa tentativa padece de circularidade. Outra tentativa seria evidenciar a confiabilidade da prática perceptual sensorial com base no sucesso prático a que ela conduz, em especial para prever eventos futuros. Confiar nos dados dos sentidos nos ajuda a resolver problemas práticos, a nos conduzir no mundo e saber o que esperar. Por outro lado, desconfiança dos dados dos sentidos leva ao fracasso. Isso seria evidência da confiabilidade dos dados dos sentidos. Novamente, contudo, os sucessos tidos como indício da confiabilidade da percepção sensorial só podem ser obtidos por meio dela mesma. Até mesmo com relação a crenças corriqueiras baseadas em percepção sensorial

² - Plantinga (1991) curiosamente argumenta que a conjunção do naturalismo com a teoria da evolução ao invés de aumentar a confiança em nossas crenças sensoriais (ou todas nossas crenças, para falar a verdade) contribuem para destruí-la

somente poderiam ser confirmadas por meio de outras percepções sensoriais. Para usar um exemplo de Alston, suponha que eu veja uma trilha de fumaça no céu logo acima da minha casa e antes disso o barulho semelhante ao geralmente feito por aviões e gere a crença que de um avião passou por cima da minha casa. Como confirmar essa crença? Eu posso perguntar ao vizinho que estava no quintal na hora em que ouvi o barulho e confirmar se ele viu o avião e confirmar minha crença com base no que ouvi dele. Se eu for mais judicioso, posso procurar a autoridade aeroviária e ver se nos livros de registro de vôo consta que um avião passou por lá naquela hora. Em ambos os casos, tem-se claramente o uso do aparato sensorial para verificar uma crença formada pela percepção dos sentidos e é difícil notar como poderia ser diferente.

Alston (1991, p. 146) argumenta ainda que é razoável esperar que a circularidade afetaria, além da percepção sensorial, as demais práticas doxásticas. Desse modo, mesmo que algumas crenças perceptuais tenham confirmação por parte de outra prática doxástica, essa confirmação só levaria o problema da circularidade epistêmica para um nível acima em vez de resolvê-la.

A constatação de que não se pode provar não circularmente a confiabilidade das práticas doxásticas leva a uma espécie de crise de racionalidade em que nenhuma crença pode ter justificação no sentido forte pretendido por Alston. Diante disso, o autor de *Perceiving God* propõe uma solução de racionalidade prática para a justificação das práticas doxásticas. Na vida prática o sujeito epistêmico está pré-reflexivamente envolvido uma quantidade de práticas doxásticas que são indispensáveis para condução das ações cotidianas. Ele não pode deixar as suas práticas e avaliá-las de um ponto de vista neutro e nem há um porto seguro livre de circularidade em que se possa arvorar. Nesse sentido, a única coisa racional a fazer é confiar nas práticas doxásticas nas quais se está engajado com base num raciocínio instrumental ou de meios e fins, contanto que elas possuam algumas características. Essas características são: (i) ser suficientemente socialmente estabelecidas; (ii) não possuir inconsistências massivas internas ou externas, ou seja, em seus próprios resultados e com os resultados de outras práticas doxásticas adotadas; (iii) possuir significativo auto-apoio. Sendo assim, a falta de algum desses critérios é razão para abandonar uma prática doxástica de que se participe ou para nela não se engajar (ALSTON, 1991, p.234).

Segundo Alston (1991, p. 170-173), a principal razão para abandonar uma prática doxástica é a inconsistência dos resultados dela consigo mesma ou com alguma outra prática doxástica. Nesse sentido, por exemplo, práticas de divinação baseadas na “leitura” de entranhas de animais mortos teriam sido abandonadas em virtude da progressiva constatação de que suas previsões não se coadunava com os resultados da percepção

sensorial. No caso em que há conflito entre práticas doxásticas, Alston sugere que a prática que possua maior enraizamento social, que seja mais essencial, que seja possua maior auto-apoio prevaleça sobre a que tenha essas qualidades em menor grau. De modo que, a percepção perceptual prevaleceu sobre esse tipo de divinação.

O estabelecimento social da prática também seria de grande importância para a racionalidade de sua adoção. Esse critério tem a ver tanto com a quantidade de sujeitos que compartilham a prática quanto com o tempo de existência da prática. A razão por que esse critério é tão importante é a de que ela exclui práticas doxásticas idiossincráticas como leitura de bolas de cristal ou de tomates secos, como argumenta Alston (1991, p. 169):

“Por que não tomar todas as práticas como aceitáveis *prima facie* em vez de somente aquelas socialmente estabelecidas? Por que esse preconceito contra o idiossincrático? Se Cedric desenvolveu uma prática de consultar tomates secos para determinar o futuro da bolsa de valores, por que não tomar isso também como racional ao menos que tenhamos algo em contrário?” Ora, eu penso que quase sempre teremos algo decisivo contra práticas doxásticas idiossincráticas; e, nesse caso, não haveria dano em tomá-las como *prima facie* aceitáveis. Há, no entanto, uma razão significativa para fazer do meu modo. Quando uma prática doxástica persiste por um número de gerações, ela tem o direito de ser tomada a sério de uma maneira que a leitura de tomates secos de Cedric não tem.

Note-se que Alston parece dar mais valor inclusive ao tempo de sobrevivência de uma prática do que à quantidade de aderentes para determinar se ela é suficientemente estabelecida socialmente. Linhas antes do trecho citado há pouco, o autor de *Perceiving God* admite que práticas que possuem um número bastante limitado de praticantes passam no teste, conquanto tenham algumas gerações de praticantes, como é o caso da degustação de vinhos por especialistas e também o caso das práticas místicas. Alston não especifica quantas gerações ou qual número de praticantes seriam necessários para satisfazer o critério de estabelecimento social e se contenta com essa vagueza.

O último critério, o que Alston chama de auto-apoio significativo, está ligado aos frutos práticos de uma práticas no sentido de guiar a vida do participante de forma útil. Na percepção sensorial, ela está ligada a controle e previsão dos eventos. No caso da percepção mística à capacidade de mapear a vida religiosa, facilitando o relacionamento e a interação

com Deus, bem como a santificação do participante. Práticas doxásticas sem auto-apoio significativo carecem da atratividade prática exigida pelo raciocínio de meios e fins que leva à aceitação da prática doxástica.

Da justificação pragmática das práticas doxásticas que possuem essas características, Alston pensa que é possível obter a justificação epistêmica pela seguinte razão: seria irracional adotar uma prática doxástica sem acreditar que ela é confiável, de modo que aquele que por motivos práticos aceita a racionalidade de uma prática doxástica deve também considerá-la confiável e é também por essa razão que as crenças que dela advêm são justificadas *prima facie*.

Aplicando essa teoria às crenças místicas, bastaria checar se as práticas perceptuais místicas que as originam satisfazem os critérios propostos e se elas não possuem anuladores para verificar se elas possuem justificação. É justamente isso que faz Alston. No entanto, argumenta que não é possível agrupar todas as religiões sob uma única prática mística e o principal porquê disso é o de que elas possuem diferentes sistemas de cancelamento ou exclusão de crenças perceptuais do divino. Nas práticas místicas, o principal elemento dos sistemas de cancelamento seriam as diversas doutrinas de cada religião e como não é possível agregar as doutrinas de todas as religiões coerentemente, não seria possível haver uma única prática mística. Por isso, Alston escolhe prosseguir sua defesa das práticas místicas de forma exemplificativa, usando a prática mística cristã como paradigma, uma vez que se trata da prática acerca da qual o autor possui algum conhecimento interno inclusive, sem negar que o mesmo seja possível em relação às práticas místicas de outras religiões.

Para Alston, a prática perceptual mística cristã satisfaz todos os critérios de uma prática doxástica racionalmente engajável. Ela é praticada por uma significativa parcela da população mundial e é cultivada por mais ou menos dois milênios, o que garante o estabelecimento social. Ela não é massivamente contraditória internamente, mesmo quando consideradas as diversas cisões no interior do cristianismo, nem externamente (Alston repele as alegações de inconsistência da prática mística cristã com a ciência moderna, frequentemente alegada pelos naturalistas). Além disso, possui auto-apoio significativo pois auxilia seus praticantes no caminho de santificação, na aquisição de virtudes religiosas e na interação com o divino. Ao contrário do que alegam os seu detratores, segundo Alston, a prática mística é uma prática doxástica completa com um sistema de teste e cancelamento apto, baseado nas doutrinas e tradições da Igreja bem como nas escrituras. As principais objeções contra a prática mística cristã seriam frutos de dois tipos de erros: (a) dois pesos e duas medidas, que consiste em criticar a prática místicas por características que são compartilhadas com outras práticas doxásticas aceitas pelo objeto; e (b) imperialismo, que consiste em exigir de

um prática doxástica características próprias de outras práticas doxásticas sem justificativa (ALSTON, 1991, p. 199).

Desse modo, Alston considera que a prática mística cristã é aceitável e que as crenças acerca de Deus produzidas por ela são justificadas *prima facie*.

3. O problema da justificação de crenças perceptuais místicas originárias

Como visto, Alston insiste no fato de que uma prática doxástica tenha resistido ao teste do tempo e da adesão mínima para que ela seja considerada aceitável como fonte *prima facie* de verificação. A desconsideração desse critério levaria a uma teoria excessivamente permissiva e por isso criticável, uma vez que práticas doxásticas idiossincráticas aparentemente absurdas, mas inofensivas o suficiente para não serem barradas pelo critério da inconsistência massiva, passariam no teste. Ocorre, porém, que esse corte pretendido por Alston pode afetar crenças que deveriam ser consideradas justificadas por uma boa teoria da justificação. Em relação às práticas doxásticas místicas, o critério de estabelecimento social excluiria as crenças perceptuais místicas tidas pelos fundadores ou primeiros seguidores de suas respectivas religiões.

Várias religiões são fundadas com base em experiências místicas tidas pelos seus fundadores e se espalham por meio de experiências místicas tidas pelos seus primeiros seguidores e, de certo modo, essas experiências servem de base às demais experiências religiosas tidas ao longo das gerações de seguidores. Assim, Paulo de Tarso, por exemplo, deixa as perseguições aos cristãos e se converte ao cristianismo com base na famosa experiência mística no caminho de Damasco³ relatada no livro de Atos dos Apóstolos no Novo Testamento, sendo ele inclusive o único dos apóstolos a não ter tido contato pessoal com Jesus Cristo encarnado na Palestina. Estêvão, outro dos apóstolos, também teve uma visão beatífica logo antes de morrer apedrejado⁴. Maomé famosamente inicia seu ministério de pregação de que “Deus é um” e de que a resposta a Deus é submissão após uma experiência mística tida numa caverna em que Deus por intermédio do anjo Gabriel teria se revelado a ele⁵. Aliás, o próprio Corão teria sido ele próprio ditado a Maomé pelo anjo Gabriel. Abraão, segundo os relatos da Torá deixa a sua família e peregrina em terra

3 - Atos, capítulo 9.

4 - Atos, capítulo 7, versículo 56.

5 - ARMSTRONG, 1993, p. 83.

estranha respondendo a uma manifestação divina⁶, que se repete um punhado de vezes ao longo de sua carreira. Moisés também na Torá é impulsionado em sua missão de libertação do povo hebreu da escravidão egípcia por uma experiência mística⁷. Isso para falar somente das três religiões monoteístas.

Ocorre, porém, que, no momento em que essas experiências foram tidas pelos respectivos fundadores e primeiros discípulos das religiões citadas, as práticas místicas judaica, cristã e islâmica ainda não gozavam do estabelecimento social preconizado pela teoria de Alston pelo simples fato de que naquele momento eles sequer existiam ou existiam apenas embrionariamente, com menos de uma geração de praticantes composto de um número limitado de praticantes. É interessante notar o quão idiossincráticas poderiam parecer essas religiões no momento de sua formação aos olhos daqueles que delas não participavam. Mas, se isso é verdade, e a teoria de Alston nega justificação e racionalidade às crenças místicas dos fundadores e primeiros seguidores das religiões, então tem-se um resultado ao menos contraintuitivo da teoria uma vez que as experiências deles é que são tidas como modelos para as demais ao longo de gerações. Levando a teoria às últimas consequências, um seguidor do islamismo hoje teria de admitir que suas percepções místicas hoje têm maior fundamento do que as do Profeta, que, no fim das contas, agiu de forma não racional em aceitar as suas crenças perceptuais místicas.

Uma possível resposta de Alston a isso seria admitir o problema, mas afirmar a racionalidade dos fundadores de religiões com base em outras fontes que não a experiência mística. Em *Perceiving God* é afirmado que o crente teísta tem ainda mais duas fontes de conhecimento a respeito de Deus além da percepção mística: a teologia natural, que se baseia na argumentação racional a respeito de Deus baseada somente nas evidências naturais; e a revelação divina de si mesmo, que pode acontecer, pelo menos em alguns casos, independentemente da ocorrência de percepção mística. Nesse caso, a principal fonte de conhecimento extra percepção mística para os fundadores de uma religião seria a revelação.

Segundo Alston (1991, p. 290), revelação tem como característica marcante o fato de que, por meio dela, Deus passa uma mensagem rica a respeito de si mesmo e dos seus propósitos para os seres humanos. Além disso, ela poderia tomar três diferentes formas. Em primeiro lugar ela pode ser veiculada por meio de mensagens comunicadas por Deus por meio de visões e palavras a mensageiros especialmente selecionados para passá-las adiante. Esse é o caso dos profetas. Em segundo lugar, ela pode ser comunicada por intermédio de inspiração divina em que um agente humano inconscientemente recebe uma comunicação

6 - Gênesis, capítulo 12.

7 - Êxodo, capítulo 3

específica. Esse é o caso das escrituras do Novo Testamento em que autores que não alegam ter tido suas palavras ditadas ou ordenadas diretamente por Deus escrevem mensagens tidas como de origem divina. Em terceiro lugar, pela ação divina na história, sua interação com as pessoas e os povos. Enquanto o primeiro tipo de revelação claramente depende da percepção mística e não pode ser considerado independente da prática mística, os outros dois tipos são independentes e candidatos a atestar autonomamente as crenças tidas pelos fundadores e primeiros seguidores das religiões.

A dificuldade desse tipo de solução é a de que, mesmo que a revelação não perceptual estivesse disponível aos fundadores previamente à experiência mística, o que não parece ser o caso na maioria dos exemplos citados, não está claro como ela poderia justificar a crença mística nesse caso, uma vez que a própria revelação é tida como uma prática doxástica nascente e carente do estabelecimento social adequado para a aceitação racional.

4. Como o problema se estende às demais práticas doxásticas

A teoria de Alston aplicada à prática doxástica perceptual mística pretende ser também uma teoria geral da racionalidade e desse modo aplicar-se a quaisquer práticas doxásticas. Assim, é de se esperar que esse mesmo problema apontado em relação aos fundadores e primeiros seguidores das práticas místicas valha também para os fundadores e primeiros participantes das demais práticas. Nesse sentido, Alston considera a matemática como prática doxástica. Quando a geometria ainda não era uma prática cultivada por gerações e difundida entre uma quantidade suficiente de praticantes, ela não satisfazia o critério de estabelecimento social proposto por ele. Seriam os fundadores e primeiros praticantes da geometria não racionais em se engajar nela? Levando a teoria a sério, a resposta é sim. A mesma coisa também valeria para o caso da ciência moderna, que, segundo Alston, também consiste em uma prática doxástica. Nesse sentido, os primeiros cientistas modernos não possuíam justificação para as suas crenças baseadas na ciência moderna. Esses exemplos, creio, tornam a inadequação do critério de estabelecimento social como necessário à racionalidade do engajamento em uma prática doxástica ainda mais evidente.

5. Conclusão

Neste artigo, procuramos mostrar como a inclusão do estabelecimento social como critério necessário à racionalidade do engajamento em práticas doxásticas gera consequências contraintuitivas à teoria de Alston, com foco na aparente falta de racionalidade das crenças perceptuais místicas originárias. O que esse resultado sugere é que talvez seja mais prudente não tratar o estabelecimento social como critério mínimo sob pena de um conservadorismo⁸ epistêmico que não concede racionalidade a práticas doxásticas nascentes em seus períodos de formação, bem como justificação às crenças com base nelas formadas.

6. Bibliografia

ALSTON, William. *Perceiving God*. Ithaca: Cornell University Press, 1991

ARMSTRONG, Karen. *Muhammad: a biography of the Prophet*. Nova Iorque: Harper Collins, 1993.

BAGGER, Matthew. *Religious Experience, Justification and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DUMSDAY, Travis. Counter-cultural religious experiences. *Religious Studies*, v. 45, n. 3, set. 2011, pp. 317-330.

PLANTINGA, Alvin. An evolutionary argument against Naturalism. *Logos*, v. 12, 1991, pp. 27-48.

ZACKARIASSON, Ulf. A problem with Alston's indirect analogy-argument from religious experience. *Religious Studies*, v. 42, n. 3, jul. 2006, pp. 329-341

⁸ - Aliás, a acusação de excesso de conservadorismo epistêmico é frequente na bibliografia acerca do trabalho de William Alston. Bagger (1999), por exemplo, acusa Alston de proteger excessivamente crenças místicas da refutação, e Dumsday (2011) nota que a teoria alstoniana não condiz com a intuição de que experiências religiosas contraculturais teriam maior valor epistêmico do que experiências que meramente confirmam aspectos de Deus já firmados no interior de uma tradição.